



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PLANO DE ENSINO 2019-2			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: Goiabeiras	
Curso: Ciências Contábeis			
Departamento Responsável: Departamento de Ciências Contábeis (DCC)			
Data de aprovação (Art. nº 91):			
Docente Responsável: Dra. Janyluce Rezende Gama			
Qualificação/Link para o currículo lattes:			
Disciplina: Contabilidade Pública 2		Código: CON03776	
Pré-requisito: Contabilidade Pública 1		Carga horária semestral: 60 h.	
Créditos: 4	Distribuição de carga horária semestral		
	Teoria	Exercício	Laboratório
	60		

1. Ementa

Princípios fundamentais de contabilidade (revisão). Conceituação de contabilidade governamental. Histórico da contabilidade pública no Brasil. Estrutura do plano de contas. Classificação contábil e classificação orçamentária. SIAFI e SIAFEM. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Estágios das receitas e das despesas. Prática de escrituração contábil. Balanço patrimonial, orçamentário, financeiro e demonstração das várias patrimoniais. Patrimônio e inventário na administração pública. Análise e interpretação de balanço com aplicação de índices dos quocientes do balanço orçamentário, balanço financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais. Controles e avaliação. Lei 4.320 e Lei de responsabilidade fiscal: objetivos, transparência, controles e responsabilidade da área contábil.

2. Objetivos Específicos

Estudo da contabilidade governamental, visando proporcionar conhecimentos conceituais e práticos da contabilidade, objetivando subsidiar o desenvolvimento das atividades de contabilidade no âmbito das instituições do setor público, com registro de lançamentos contábeis e demonstrações.

3. Conteúdo Programático

3.1 - INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA → Campo de aplicação. Objetivo, breve histórico da Contabilidade Pública no Brasil. Legislação que rege. Estrutura do órgão contábil. Diferenças entre contabilidade pública e contabilidade financeira. Patrimônio Público.

3.2 – SISTEMA DE CONTAS E PCASP → Novo Plano de Contas (PCASP). Naturezas da Informação Contábil.

3.3 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS → Prática de Escrituração contábil no novo plano de contas do setor público. Lançamentos conforme MCASP 7 edição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

3.4 – BALANÇOS PÚBLICOS → Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Conceituação e composição do Balanço Patrimonial (anexo 14) Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Orçamentário (anexo 12), Demonstração da Variação Patrimonial (anexo 15). Demonstração dos Fluxos de Caixa (anexo 18), Demonstração das Mutações do PL (anexo 19), Demonstração do Resultado Econômico (anexo 20).

5 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS BALANÇOS PÚBLICOS → Análise e interpretação de balanços orçamentário, balanço financeiro, patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do PL. Resolução de casos práticos dos exercícios.

6 – INTRODUÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – apresentação dos princípios de gestão fiscal. Apresentação dos principais conceitos da Lei. Discussão sobre os limites da despesa com pessoal e da dívida pública. Apresentação dos relatórios fiscais.

4. Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas, estimulando debates e discussões;
- Aulas práticas com a resolução de atividades que envolvem PCASP e DCASP;
- Realização de exercícios teóricos e práticos.

5. Critérios/ Processo de Avaliação de Aprendizagem

Nº	Atividade	Tipo	Pontos
1	Prova 1	Capítulos 1 a 2	10 pontos
2	Prova 2	Capítulos 3 a 4	10 pontos
3	Prova 3	Capítulos 5	10 pontos
Prova Final		Todos os capítulos	10 pontos

A avaliação será realizada por meio de provas escritas, levando-se em conta aspectos qualitativos e quantitativos, priorizando os conteúdos mais relevantes da disciplina.

A nota final do aluno será a média aritmética de três avaliações escritas (10 pontos cada), todas com o mesmo peso.

Observações:

- Haverá atividades não avaliativas ao final de cada capítulo.
- As provas terão duração máxima de 2 (duas) horas.
- A Prova Final irá contemplar todas as cinco unidades.

6. Bibliografia Básica

a) **Básica:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Comentada. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.133. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.134. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.135. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.136. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.137. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.366. Brasília: 2011.

____. Resolução nº 1.437. Brasília: 2013.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLUMES II - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS, III - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS E IV - PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO, 7ª EDIÇÃO.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLUME I - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS, 7ª edição.

b) Complementar:

ALBUQUERQUE, C; MEDEIROS, M; e FEIJÓ, P. H. Edição. Gestão de Finanças Públicas. 2ª Edição. Editora: Gestão Pública, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões. 3 ed. Niterói: Impetus, 2012.

KOHAMA, Helio. Contabilidade pública: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade aplicada ao Setor Público. Brasília: Vestcon, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

____. Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000.

____. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei 8.883 de 08 de junho de 1994. Regulamenta o art. 37 inciso XII, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1993, 1994.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Professora

CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA

7. CRONOGRAMA		
DATA	ASSUNTO	CARGA HORÁRIA
03/set	3.1 Introdução à Contabilidade Pública	4
05/set		
10/set	3.2 Sistema de Informações Contábeis e Plano de Contas – PCASP e lançamentos contábeis Parte 1 - NIO	16
12/ set		
17/ set		
19/ set		
24/ set		
26/ set		
01/out		
03/ out		
08/ out	PROVA 1	2
10/ out	Correção da Primeira Prova Parcial com comentários e fundamentações	2
15/ out	3.3 - Lançamentos contábeis (Parte 2 – NIP)	8
17/ out	3.3 - Lançamentos contábeis (Parte 3 – NIC)	
22/ out		
24/ out		
29/ out	3.4 Balanços e Demonstrações Contábeis - Teoria	4
31/ out		
05/nov	PROVA 2	2
07/ nov	Correção da segunda Prova Parcial com comentários e fundamentações	2
12/ nov	3.4 Balanços e Demonstrações Contábeis - Prática	6
14/ nov		
19/nov		
21/ nov	3.5 Análises e Interpretações dos Balanços Públicos	6
26/ nov		
28/ nov		
03/dez	3.6 Responsabilidade Fiscal	4
05/dez		
10/dez	PROVA 3	2
12-dez	Correção da terceira Prova Parcial com comentários e fundamentações	2
	TOTAL CARGA HORÁRIA	60



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

17/dez | PROVA FINAL